

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.654 - RS (2019/0003226-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS062925
RODRIGO TONIAL - RS063379
PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377
RECORRIDO : JOAO PAULO WILLRICH
RECORRIDO : ZEFERINO CESCA
ADVOGADOS : AVELINO BELTRAME - RS017141
DIRCEU VENDRAMIN LOVISON - RS081383
VOLNEI PERUZZO E OUTRO(S) - RS077790
LEANDRO BONATO RODRIGUES - RS089374
KARINE MENDES GUIDOLIN - RS078568
INTERES. : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802
TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931
DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RETENÇÃO INDEVIDA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. TEORIA DA ACTIO NATA. ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O DESTA CORTE. LICITUDE DO ACORDO FORMULADO EM OUTRA DEMANDA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. TERMO INICIAL. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. DANOS MORAIS. CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. ENTENDIMENTO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. DANOS MATERIAIS. REFORMA. ACOLHIMENTO. FLUÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

JOÃO PAULO WILLRICH e ZEFERINO CESCA (JOÃO e ZEFERINO) propuseram ação contra MAURÍCIO DAL AGNOL (MAURÍCIO) e OI S.A. (OI), visando à cobrança dos valores renunciados indevidamente na transação

celebrada por MAURÍCIO, seu procurador nas ações movidas contra a Brasil Telecom, bem como ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos.

O Juízo de primeira instância julgou improcedente o pedido. Em razão da sucumbência, JOÃO e ZEFERINO foram condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do advogado das partes adversas, arbitrados em 15% sobre o valor atualizado da causa, para cada uma das partes, observada a concessão da justiça gratuita (e-STJ, fls. 607/611).

O Tribunal de origem, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação de JOÃO e ZEFERINO, com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. ACORDO CELEBRADO PELO PROCURADOR. RENÚNCIA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO MANDANTE. DANOS MATERIAIS. CONFIGURADOS. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS.

1. Ainda que aplicável o prazo prescricional trienal, no caso, tenho que o marco inicial deve ser contabilizado da inequívoca ciência da parte acerca dos fatos. No caso, mesmo que prestadas as contas dos valores ao cliente, ao tempo do recebimento dos valores, amparado no princípio da confiança estabelecido entre cliente e procurador, não tinha o autor ciência da renúncia dos valores constantes no acordo firmado entre o procurador e a companhia de telefonia, razão pela qual o prazo deve ser contabilizado da notoriedade dos fatos envolvendo o advogado que lesou o patrimônio de diversos dos seus clientes.

2. Inexistindo pedido de anulação de acordo que pudesse atrair a incidência do artigo 179 do Código Civil, não há que se falar em decadência deste direito.

3. Não se sustenta a tese do réu de que o acordo foi perfectibilizado em benefício do mandante. Ainda que o acórdão que julgou o agravo de instrumento tenha determinado o emprego da cotação das ações na data do trânsito em julgado como critério para a conversão da diferença de ações em pecúnia, no caso, o primeiro laudo pericial elaborado pelo perito obedeceu tal critério. Além disso, não houve inclusão no cálculo dos valores atinentes a "juros sobre capital próprio". Evidente, pois, que ocorreu a perda de uma chance, devidamente comprovada pelo autor, a justificar o acolhimento do pedido indenizatório relativamente ao valor da condenação excluído do acordo homologado em juízo.

4. Os juros de mora e a correção monetária incidentes sobre o dano material são contabilizados desde a renúncia indevida dos valores decorrente de abuso na execução do mandato. Inteligência do art.670 do Código Civil.

5. Os danos morais, no caso em comento, decorrem

exclusivamente do atuar do procurador, que extrapolou os limites do mandato ao renunciar a direito adquirido pelo mandante, razão pela qual é impositiva a condenação.

RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO (e-STJ, fls. 703/704).

Os embargos de declaração opostos por MAURÍCIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 750/758).

Os embargos de declaração opostos por OI foram acolhidos, com efeito infringente, para sanar a omissão e reconhecer a ilegitimidade passiva da OI, julgando extinto o feito em relação a ela. Em razão da sucumbência, JOÃO e ZEFERINO foram condenados ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador da parte excluída, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, observado o disposto no art. 85, §§2º e 8º do NCPC, suspensa a exigibilidade, em razão da gratuidade judiciária deferida (e-STJ, fls. 759/764).

Os novos embargos de declaração opostos por MAURÍCIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 773/780).

Irresignado, MAURÍCIO interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 784/807), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 11, 105, 189, 240, *caput*, 1.022 do NCPC, 189, 206, § 3º, IV e V, 682, IV, 849 do CC, ao sustentar **(1)** a necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que lá sejam analisadas as teses levantadas nos embargos de declaração que opôs, a saber: nulidade do acórdão proferido, diante da omissão flagrante frente aos dispositivos legais suscitados: arts. 11, 105, 189, 240, *caput*, do NCPC, 189, 206, § 3º, IV e V, 682, IV, 849 do CC; **(2)** que o prazo prescricional deve ser trienal, contado a partir da ciência da lesão, qual seja, no dia seguinte à homologação judicial ou quando do recebimento dos valores e prestação de contas, considerando que a homologação judicial se deu no ano de 2010 e a presente demanda proposta em 2015; **(3)** que lhe foi outorgada procuração com poderes para transigir, autorizando-o a proceder da melhor forma para beneficiar os seus clientes, razão pela qual lícito o acordo formulado, posicionamento este também do STJ; **(4)** que o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, em relação aos danos morais, deve ser a data do arbitramento e, em relação aos danos materiais, os juros de mora devem incidir a partir da citação válida; e, **(5)** divergência jurisprudencial quanto ao prazo e ao termo *a quo* da contagem do prazo prescricional.

As contrarrazões ao recurso especial não foram apresentadas (e-STJ, fl. 812).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul admitiu o apelo nobre (e-STJ, fl. 814/817).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação não comporta acolhimento.

(1) Da alegada necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem por ofensa ao art. 1.022 do NCPC

No que se refere à violação do art. 1.022 do NCPC, MAURÍCIO alegou genericamente a ofensa ao citado artigo, sem demonstrar de que forma houve a vulneração ao referido dispositivo, sem indicar quais pontos do acórdão foram omissos, contraditórios ou obscuros, como se pode observar dos trechos extraídos do recurso especial por ele interposto:

Diz o art. 1.022 do Novo CPC-2015 que caberão embargos de declaração quando o acórdão ou sentença tiver omitido ponto que o juiz ou tribunal deveriam ter se pronunciado. No caso da lide, a parte Recorrente, junto aos Embargos de Declaração, apontou vários aspectos e diplomas legais que denotam que a demanda não havia sido devidamente analisada. Apesar de toda a argumentação da parte Recorrente os eméritos Julgadores da 15ª Câmara Cível ao prolatarem a decisão firmaram o entendimento de que o prazo prescricional no presente caso tem início somente quando da operação da Polícia Federal batizada de Operação Carmelinda no escritório do recorrente e, no mérito, que mesmo tendo o advogado recorrente poderes para firmar o acordo com a empresa Brasil Telecom, houve prejuízo ao recorrido por ocasião da referida transação. Igualmente, a 15ª egrégia Câmara Cível entendeu por condenar o recorrido ao pagamento de indenização por danos morais. No entanto, o que o recorrente menciona é que a procuração outorgada pelo recorrido lhe conferia poderes para transigir e que, a prescrição trienal deve ter seu marco inicial da contagem do prazo na data em que houve o recebimento dos valores pelo recorrido, ocasião em que lhe fora repassada a correspondente prestação de contas, além do que, os juros de mora quanto ao dano material devem ser contabilizados tão somente a partir da citação válida o recorrido no processo. Portanto, a decisão recorrida infringe o disposto nos

arts. 189; art. 206, § 3º, incisos V e IV; art. 682, IV; art. 849, todos do Código Civil. Art. 11, art. 105, art. 189, art. 240, caput, todos do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista que contraria os referidos textos legais. Ocorre que os Eméritos Desembargadores ficaram silentes quanto aos fatos e dispositivos EXPRESSAMENTE agitados pela parte Recorrente. Destarte a decisão merece reforma, pois nega vigência ao disposto nos arts. Supra citados, bem como contraria o entendimento do STJ. Efetivamente, a parte Recorrente buscou suprir as omissões do acórdão, conforme preceitua o art. 1.022 do Novo CPC-2015. Veja-se que a parte não pretendia um reexame de aspectos sobre os quais o tribunal já havia se manifestado, mas sim, queria uma manifestação clara sobre algo que justamente o Tribunal, junto ao acórdão, havia se OMITIDO. O desiderato da parte Recorrente é no sentido de que o Tribunal fundamentasse sua de decisão de forma legal, oportunizando o Recurso Especial. [...] Veja-se que as disposições da Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. XXXVI, SÃO NORMAS LEGAIS DE ORDEM PÚBLICA, cujo juízo deveria, ex officio, pronunciar-se, e, com mais razão após ser incitado, tanto no recurso de apelação, como nos embargos de declaração. Omitindo-se o tribunal e permanecendo em tal estado apesar dos embargos declaratórios/pre-questionadores, HÁ, pois VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Aí que entra a necessidade de manifestação do Sr. Desembargador-Relator, posto que mesmo não tendo obrigação de contraditar todos os argumentos, TEM OBRIGAÇÃO DE SE MANIFESTAR quando o fundamento suscitado "... tem influência no resultado do julgamento." Sabendo-se, pois, disso, temos que "Se o acórdão omitiu ponto sobre que devia, pronunciar-se o tribunal, o órgão julgador, quando provocado por embargos de declaração, há de emitir pronunciamento, de modo explícito. Caso em que se reconhece a nulidade, para que outro acórdão seja proferido, com o esclarecimento da omissão" (RSTJ 104/254). No mesmo sentido: RSTJ-Bol AASP 1.913/269. Como se não bastasse isso, a omissão, nos termos em que se configurou, ou seja, tendo sido o Tribunal "a quo" omissor com relação as teses por ocasião do julgamento e tendo mantido sua omissão ou obscuridade por ocasião dos embargos de declaração, FECHOU AS PORTAS, à parte Recorrente, do alcance da via Especial. Veja-se que o acórdão dos embargos declaratórios/pre-questionadores da Colenda Câmara Cível esboçou o entendimento de que não tinha que se pronunciar sobre os dispositivos legais trazidos pela embargante, à medida que não houve omissão, obscuridade ou contradição. Ora, se a fundamentação do acórdão, ou seja, as razões de decidir devem abarcar todas as teses de direito e, o tribunal omite-se em tal ponto, inclusive para inviabilizar a proposição do recurso especial e, se uma tese somente pode ser apreciada em

sede de recurso especial se a questão foi apreciada pelo tribunal a quo (prequestionamento - súmula 211), então imprescindível que haja tal pronunciamento, se não por bem, em sua regular época, então por mal, através da declaração de nulidade do acórdão e do proferimento de um novo. [...] Serve-se a parle Recorrente do presente Recurso Especial para ver declarada a nulidade do acórdão proferido já que nulo pela violação do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, como primeiro ponto, já que carentes os acórdãos da Apelação Cível nº 70075952374 e dos Embargos Pre-questionadores nº 70077371748 de fundamentação necessária e imprescindível para o alcance do recurso especial (prequestionamento) tendo em vista a omissão flagrante no primeiro pronunciamento e a permanência da mesma, no segundo o que retirou o direito constitucional ao alcance de tal via (art. 105, III, "a" da CF) tendo em vista tal negativa de vigência do art. 535, II (art. 1.022 do Novo CPC-2015), pela permanência do acórdão na omissão frente aos dispositivos legais suscitados (arts. 189; art. 206, § 3º, incisos V e IV; art. 682, IV; art. 849, todos do Código Civil. Art. 11, art. 105, art. 189, art. 240, caput, todos do Novo Código de Processo Civil (e-STJ, fls. 787/789 – com destaques no original).

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Súmula nº 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. MANIFESTAÇÃO SOBRE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. PREMISSA DE FATO FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há como acolher a violação ao art. 535 do CPC/1973, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, o enunciado sumular n. 284 do STF, por analogia.

[...]

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 771.095/SP, Rel. Ministro MARCO

AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/8/2016, DJe 30/8/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CHAMAMENTO AO PROCESSO. OPORTUNIDADE PRECLUSA. NÃO CABIMENTO EM 2º GRAU DE JURISDIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA Nº 283/STF. LEGITIMIDADE PASSIVA E VALOR INDENIZATÓRIO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 721.195/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/9/2016, DJe 21/9/2016 - sem destaque no original)

(2) Da prescrição e da *actio nata*

No que se refere à prescrição, o Tribunal local concluiu que não há como se aferir o momento em que as partes autoras tiveram conhecimento da retenção indevida, o que somente teria ocorrido a partir da deflagração da "Operação Carmelina", em fevereiro de 2014, nos seguintes termos:

*Efetivamente tenho entendido que incide em casos como dos autos o prazo prescricional de três anos expressamente previsto no artigo 206, parágrafo 3º, inciso IV, do Código Civil. Contudo, no caso, não há como contabilizar o marco inicial do prazo a partir do recebimento do valor pelos demandantes, na medida em que o prazo tem início da data da inequívoca ciência da parte com relação ao ato ilícito praticado pelo procurador. Não há como aferir no caso em tela que os autores tiveram conhecimento da renúncia indevida pelo procurador quando do repasse do valor, até porque não há como assegurar que os autores tinham capacidade técnica de saber da renúncia de parte dos valores que, aparentemente, tinham direito de receber. Esta Câmara tem entendido em casos análogos, que a ciência do ato ilícito cometido pelo procurador ocorreu apenas quando da divulgação pela imprensa de operações da Polícia Federal, em 21 de fevereiro de 2014 - fato notório e reconhecido na própria contestação - em aplicação ao princípio da *actio nata*. As notícias na mídia, sabidamente, envolvendo o nome do procurador*

MAURÍCIO DAL AGNOL foram amplamente divulgadas no mês de fevereiro de 2014 e a presente ação foi proposta em agosto de 2014, ou seja, a partir do momento em que a parte teve ciência das imputações de apropriações indevidas efetivadas pelo procurador.[...] Reforço que, no caso concreto, não há nenhuma prova específica a assegurar que os autores tomaram conhecimento dos fatos antes da divulgação na mídia das alegadas apropriações indevidas realizada pelo advogado. Até porque, quando da prestação de contas, parte-se de premissa de que o cliente confiava no procurador constituído e, a partir da ciência da reputação do requerido diante das investigações realizadas pela Polícia Federal, é que ocorreu a ruptura do princípio da confiança inerente àquela relação. Portanto, ainda que aplicável o prazo prescricional trienal, no caso, tenho que o marco inicial da sua contagem é fevereiro de 2014, razão pela qual não está prescrita a pretensão diante do ajuizamento da ação ocorrido em outubro de 2014 (e-STJ, fls. 706/708).

Pelo que se vê, o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com o desta Corte, no sentido de que o início do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá necessariamente quando da ocorrência da lesão, mas sim quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de sua extensão.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados :

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA. [...]

2. Por aplicação da teoria da actio nata, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 982.198/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 14/2/2017, DJe 21/2/2017 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Por aplicação da teoria da actio nata, o prazo prescricional,

relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 639.598/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 3/2/2017 – sem destaque no original)

RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. CLÁUSULA DE SUCESSO. REVOGAÇÃO DO MANDATO ANTES DE CONFIGURADA A CONDIÇÃO ESTIPULADA PELAS PARTES PARA PAGAMENTO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. RECURSO PROVIDO.

1. A contagem de prazos para se aferir eventual ocorrência de prescrição deve observar o princípio da actio nata, que orienta somente iniciar o fluxo do lapso prescricional se existir pretensão exercitável por parte daquele que suportará os efeitos do fenômeno extintivo. É o que se extrai da disposição contida no art. 189 da lei material civil.

[...]

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 805.151/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 12/8/2014, DJe 28/4/2015 – sem destaque no original)

(3) Da alegada licitude do acordo formulado em outra demanda

No que se refere à pretensão indenizatória decorrente de suposto acordo prejudicial formulado por MAURÍCIO em outra demanda, o Tribunal local assim se manifestou:

Não se sustenta a tese do réu de que o acordo foi perfectibilizado em benefício do mandante. Ainda que o acórdão que julgou o agravo de instrumento tenha determinado o emprego da cotação das ações na data do trânsito em julgado como critério para a conversão da diferença de ações em pecúnia, no caso, o primeiro laudo pericial elaborado pelo perito obedeceu tal critério. Além disso, não houve inclusão no cálculo dos valores atinentes a "juros sobre capital próprio". De observar, no entanto, que o laudo complementar não serve como parâmetro para fins de verificação do valor efetivamente devido para cada autor, pois

realizado fora dos limites que foram estabelecidos no agravo de instrumento acima referido. A procuração outorgada pelo autor em que pese confira ao réu poderes para transigir, não lhe dá poderes para renunciar direito. Não há nos autos justificativa plausível para a renúncia realizada pelo réu, razão pela qual conclui-se que o procurador extrapolou os limites da procuração que lhe foi concedida, não agindo com o zelo esperado. Portanto, ainda que o procurador tivesse poderes para transigir, o acordo por ele realizado naquela ação importou em verdadeira renúncia de direitos. [...] Desse modo, evidente que ocorreu a perda de uma chance, devidamente comprovada pela autora a justificar o acolhimento do pedido indenizatório relativamente ao valor da condenação excluído do acordo homologado em juízo (e-STJ, fls. 711/712 e 715).

Dessa forma, para adotar conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal *a quo*, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

(4) Do termo inicial da incidência dos juros moratórios e da correção monetária, em relação aos danos morais e dos juros de mora, em relação aos danos materiais

No que se refere ao termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, em relação aos danos morais, o Tribunal local concluiu que devem incidir os juros desde a citação e a correção monetária desde a data do arbitramento, conforme a Súmula nº 362 do STJ, nos seguintes termos:

Partindo destas premissas e considerando os julgamentos anteriormente proferidos por esta Câmara em situações similares, entendo que o valor da indenização deva ser fixado em R\$ 10.000,00, para cada autor, considerando os parâmetros arbitrados nesta Câmara em casos análogos. Os juros de mora de 1% a.m. incidentes sobre a indenização por dano moral são a contar da citação, pois se cuidando de indenização decorrente na falha na execução do contrato de prestação de serviços advocatícios, incide o disposto no art. 405 do CCB. Por sua vez, arbitrado o valor devido a título de danos morais, para a atualização monetária, incide a Súmula 362 do STJ (e-STJ, fl. 719).

MAURÍCIO, por sua vez, sustentou que os juros de mora deveriam incidir, quanto à condenação por danos morais, a partir do seu arbitramento.

Ora, pelo que se deduz dos autos, o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com o desta Corte, no sentido de que o termo inicial dos juros de mora na condenação por dano moral se dá a partir da citação, em se tratando de responsabilidade contratual, como no presente caso.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CONJUGADO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROTESTO REGULAR. SUPERVENIÊNCIA DE PAGAMENTO. CARTA DE ANUÊNCIA. ENTREGA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO. BAIXA. DANO MORAL DEVIDO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. SÚMULA Nº 83/STJ.

[...]

7. O marco inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual é a citação. Precedentes.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.169.647/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 6/3/2018, DJe 12/3/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. AUSÊNCIA DE BAIXA DO GRAVAME NO DETRAN. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR FIXADO EM PATAMAR RAZOÁVEL. TERMO INICIAL PARA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Tratando-se de responsabilidade contratual, é pacífico nesta Corte que os juros moratórios incidem desde a citação do devedor, conforme previsto no artigo 405 do Código Civil de 2002.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 953.108/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 14/2/2017, DJe 22/2/2017 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO

EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Conforme Jurisprudência sedimentada no STJ, os juros moratórios referentes à reparação por dano moral, na responsabilidade contratual, incidem a partir da citação. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento, consoante a Súmula nº 362/STJ. Nos termos do enunciado 43 da Súmula do STJ, a correção monetária, em caso de danos materiais, incide desde a data do evento danoso. A respeito do tema, o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento firmado nesta Corte Superior.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.146.796/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 12/12/2017, DJe 18/12/2017, sem destaque no original)

E, no que tange ao termo inicial dos juros de mora, em relação aos danos materiais, o Tribunal local concluiu que devem incidir a partir do evento danoso, qual seja, da realização do acordo prejudicial à parte autora, com a renúncia indevida de valores, como se pode ver do trecho extraído do acórdão recorrido:

Com relação aos juros de mora e da correção monetária incidentes sobre o dano material são eles contabilizados desde a renúncia indevida dos valores decorrente de abuso na execução do mandato, na forma do art. 670 do Código Civil: Pelas somas que deveria entregar ao mandante ou recebeu para despesa, mas empregou em proveito seu, pagará o mandatário juros, desde o momento em que abusou (e-STJ, fl. 716)

Pelo que se deduz dos autos, o entendimento do acórdão recorrido mostra-se dissonante do desta Corte, no sentido de que os juros moratórios são contados da data da respectiva citação, por se tratar de responsabilidade contratual.

Assim, deve ser acolhido, em parte, o pleito de MAURÍCIO para que os juros de mora incidentes sobre os danos materiais sejam contados, a partir da respectiva citação.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. ABUSO DE MANDATO. EXCESSO DE CONDENAÇÃO. SÚMULAS 05 E 07/STJ. JUROS DE MORA E TAXA SELIC. PRECEDENTES.

TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 07/STJ.

[...]

5. O termo inicial dos juros moratórios deve ser determinado a partir da natureza da relação jurídica mantida entre as partes.

6. No caso, tratando-se de mandato, a relação jurídica tem natureza contratual, sendo o termo inicial dos juros moratórios a data da citação (art. 405 do CC).

[...]

12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1.403.005/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 6/4/2017, DJe 11/4/2017 – sem destaques no original)

(5) Da divergência jurisprudencial

No que se refere ao dissenso jurisprudencial, este não pode ser conhecido porque não realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os julgados trazidos a confronto, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos, não sendo o bastante a mera transcrição de ementas ou de passagens dos arestos indicados como paradigma, por não atender aos requisitos dos arts. 541, *caput*, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INFIRMAR TAIS CONCLUSÕES. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

4. A ausência de similitude fática entre o acórdão impugnado e o acórdão paradigma torna inviável o conhecimento do recurso especial pela divergência jurisprudencial.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.011.318/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 4/5/2017, DJe 18/5/2017 – sem destaques no original)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA

COM NULIDADE DE DUPLICATAS E CANCELAMENTO DE PROTESTO.

PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. O conhecimento do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, exige, além da indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e a realização do cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 385.139/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 4/5/2017, DJe 12/5/2017 – sem destaques no original)

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial, e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO**, para o fim de determinar que os juros de mora incidentes sobre os danos materiais sejam contados, a partir da respectiva citação.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator